

Peço a Palavra!

Deputado Vicente Botta

Dentre as atribuições da Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo a primordial é a de preservar a história do Legislativo Paulista. Isso se faz tanto conservando a documentação produzida como gerando nova documentação, caso específico da chamada História Oral. Tal atividade, pelo depoimento tanto dos integrantes do Poder Legislativo como de seus servidores, completa a História retida e fixada nos documentos. Ela é, muito além do “folclore” político e dos “talk-shows” da vida, um poderoso instrumento de compreensão da História desta Casa e da sua importância na vida dos paulistas. Esses homens e mulheres que deixaram e deixarão suas vozes registradas em nossos arquivos são a personificação de anseios, frustrações e realizações de outros tantos milhares de seres que fizeram do Poder Legislativo o espaço por excelência da Democracia.

Para tanto a Divisão de Acervo Histórico iniciou um projeto de História Oral, em conjunto com a TV Assembléia, no qual os depoimentos de ex-deputados e funcionários são registrados em áudio e vídeo. Essas sessões são antecedidas por pesquisas realizadas pela Divisão de Acervo Histórico que buscam reunir previamente informações sobre o entrevistado e sua época, a fim de subsidiar o recolhimento dos depoimentos. Eles são transcritos e ficam, juntamente com a documentação coletada para as entrevistas, à disposição dos pesquisadores e interessados.

Acervo HISTÓRICO pretende, em “Peço a Palavra!”, sempre dar a público uma síntese dos depoimentos colhidos por seus pesquisadores e aqui os iniciamos com o do Deputado Vicente Botta, que, ao longo de dez legislaturas, iniciadas em 1951, teve assento nesta Casa. São quarenta anos de vida dedicados a este Poder e cuja vida se mescla com a história política de São Paulo e do Brasil.

Em duas sessões, realizadas nos dias 27 e 28 de Agosto de 2003, ao longo de quase três horas e meia de entrevista, uma importante e interessante história de vida foi revelada e, agora, a entregamos aos nossos leitores.

Acervo HISTÓRICO – Deputado Vicente Botta, antes de tudo, gostaríamos que o senhor nos informasse os seus dados pessoais e familiares.

Vicente Botta – Nasci em São Carlos, no dia 5 de setembro de 1918, filho de Afonso Botta e Matilde Siniscalco Botta. Meu pai era um modesto italiano. Minha mãe, costureira. Trabalhava dia e noite fazendo vestidos de noiva. Eles chegaram ao Brasil mais ou menos em 1900, juntamente com meus avós; eram todos radicados em Nápoles. Chegaram em São Carlos e ali constituíram família, tanto meus pais como meus avós. Meus avós, depois, fixaram-se mais em Araraquara. E meus pais ficaram em São Carlos. Quando chegaram fizeram o que todo italiano fazia: meu pai trabalhou por muito tempo em uma fazenda, e minha mãe na máquina de costura. Meus pais tiveram sete filhos: éramos três irmãos – eu, Alfredo e José – e quatro irmãs – Maria, Emília, Carmelita e Mercedes.



O distintivo dos Alfaiates que Vicente Botta coloca na lapela de seu paletó desde os anos 1940.

O mais velho era José, que morreu aos 97 anos. Ele era contador. Aliás, devo muito da educação que tive a ele, que era quem sustentava a família. Ele era contador de várias empresas.

Minha esposa chamava-se Amélia. Ela era excepcional. Mulher de deputado precisa ter paciência, porque a toda hora estão batendo à porta. Minha mulher atendia todo mundo com muita paciência. Um dos fatores da minha vitória na política foi minha esposa.

AH – Quando se casaram?

VB – Casei-me em 1942. Fiz bodas de ouro¹. Casei-me em Barretos, que era a terra de dona Amélia. Ela era professora. Formou-se na Escola Normal de São Carlos. Por quê? Meu tio Cármine tinha uma alfaiataria muito grande. Tínhamos 56 alfaiates ali: os que faziam calças, os que faziam paletós, os que faziam coletes... E tínhamos quatro viajantes, que trabalhavam em várias cidades.

Meu tio tinha uma freguesia muito grande, sobretudo em um frigorífico comandado por um grupo de ingleses. Esses danados faziam roupas à vontade e pagavam muito bem. Era uma delícia atender esses ingleses: faziam três, quatro ternos e pagavam à vista. E na ocasião meu tio, que também fazia viagens, conversando com o dono do restaurante do frigorífico – que depois passou a meu sogro -, ficou sabendo que a filha daquele senhor queria ser professora, mas que em Barretos não havia escola normal. Meu tio, então, disse-lhe: “Que ela vá para São Carlos e estude lá”. Ela foi para São Carlos por isso - e acabei me casando com ela. Ela estava na escola e eu também.

AH – Quantos filhos tiveram?

VB – Três: dois homens e uma mulher. Dos homens um é Valdir José e o outro é Valdimir Carlos. Tudo com “V”. Ela é Maria Amélia. Os dois são médicos e têm clientela muito boa. Eles fazem cirurgia vascular – são excelentes médicos em São Carlos. E minha filha é Supervisora de Ensino – é diretora na “Escola Militão de Lima”, que eu criei em São Carlos.

AH – E netos?

VB – Dez netos: cinco homens e cinco mulheres. São excelentes, é uma meninada muito boa, que não dá trabalho nenhum, não tem vício nenhum.

AH – Já tem netos grandes?

VB – Tenho três já com 18 ou 19 anos. E já sou bisavô.

AH – O senhor estudou na “Escola Normal Álvaro Guião” ?

VB – Sim, formei-me professor pela “Escola Normal Álvaro Guião”, em 1936. Depois fiz o curso de contador, na “Escola Técnica de Comércio Julien Fauvel”, em São Carlos. E fiz o curso de Direito.

AH – Encontramos uma referência ao fato de o senhor haver-se formado advogado em

Marco A. Cardelino



Vicente Botta durante a entrevista a Acervo Histórico.

uma faculdade do Rio de Janeiro. Como foi isso?

VB – Sim. Eu viajava todo mês para o Rio de Janeiro, já como deputado. E, como era “curso vago”, fiz o curso de Direito e formei-me advogado. Sou inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o número 9100.

AH – Quais são suas lembranças em relação a 1932?

VB – Em 1932, na Revolução, fui escoteiro, porque o professor João Batista Aguiar criou uma legião de escoteiros. Arrecadávamos ovos, dinheiro e outras coisas para a Revolução de 32 na cidade de São Carlos. Naquela época fui escoteiro e trabalhei muito pela Revolução. Meus irmãos José e Alfredo foram para a frente de luta.

AH – Nos anos 1940 o senhor chegou a ser professor?

VB – Como professor lecionei Português, na Escola Normal e na Escola de Comércio, durante dois anos. Aí nasceu a idéia de candidatar-me a vereador e a deputado.

AH – O senhor começou na vida pública pela Associação dos Alfaiates?

VB – Sim. Comecei a trabalhar no escritório da alfaiataria de meu tio, Cármine Botta. Aí eu tomava conta do escritório, fazendo a contabilidade - a parte financeira. Comecei trabalhando ali, e tive a idéia de fundar uma associação dos alfaiates, porque naquele tempo havia muita disputa, muita briga por causa do preço: um alfaiate cobrava um

preço pelo feitio, e às vezes o outro cobrava menos. Era uma briga danada. Então resolvemos fundar uma associação. E criamos a “Associação dos Alfaiates de São Carlos”, que existe até hoje. Hoje ela tem um prédio magnífico, que toma um quarteirão todo, e um clube de campo de oito alqueires que é uma maravilha. Tem oito mil associados, que não são alfaiates; mas a diretoria ainda é de alfaiates. Ela foi fundada em 1939.

Neste ano nós fundamos a associação e viemos a São Paulo, porque naquele tempo havia muitos casimireiros, que forneciam para as alfaiatarias. Havia o “Braga e Pinto”, o “Pereira Queiroz”, o “Mitidieri Paiva”. Então viemos, arrecadamos dinheiro com eles e construímos uma primeira sede, que foi inaugurada em 1939. Daí nasceu a idéia de se fazer um congresso de alfaiates.

Comecei a visitar as cidades – entre outras, Rio Claro, Limeira, Barretos, Araraquara, Jaú, Bauru, Campinas, Rio Preto, Catanduva –, conclamando os alfaiates a se unirem, porque havia muitos alfaiates naquele tempo. Eles também foram formando associações de alfaiates naquelas cidades, e nasceu a idéia de se fazer um congresso de alfaiates no Estado de São Paulo, o que fiz em 1944, em São Carlos.

Uma noite meu tio Cármine procurou-me e me perguntou se eu não estava maluco, porque começaram a chegar adesões: 15 adesões, mais 10 adesões, mais 15 adesões... Ou seja, apareceram no congresso 1.518 alfaiates com as respectivas famílias. Tínhamos em São Carlos apenas três hotéis e não havia condição de hospedar todo aquele pessoal. Viemos então a São Paulo e encontramos aqui um senhor, da Segurança Pública, chamado Antônio Durval Guerra, que se dispôs a ajudar-nos. E mandou para São Carlos mil colchões.

Fomos ao Secretário da Educação e pedimos autorização para retirar todas as carteiras das escolas. Retiramos todas e jogamos colchões para acomodar o pessoal, porque não havia lugar para todo mundo. Não era o suficiente. Começamos então a visitar famílias e pedir que cada uma acomodasse um ou dois casais. E acomodamos todo o pessoal.

Fizemos um belo movimento, e até hoje tenho em minha casa um filme daquele congresso. Fizemos um desfile em São Carlos, tomando toda a avenida, com os alfaiates e suas famílias desfilando, a pé ou em carros alegóricos. Organizei também um concurso de bandas, e vieram bandas de São Carlos, de Jaú, de Limeira, de Araraquara. Foi uma festa danada! O filme é uma beleza! É um rolo, um filme natural.

Aí me candidatei a vereador, apoiado pelos alfaiates. Tive muito boa votação: fui o segundo mais votado.

AH – Esse seu distintivo é...

VB – É dos Alfaiates. Eu não largo isso. A

classe toda usa. Tanto que no Dia do Alfaiate eles comemoram. É este distintivo aqui: “Alfaiates do Brasil”. Um dia colocaram meu retrato na Galeria dos Ex-Presidentes aqui na Assembléia Legislativa – acho que no corredor – e eu mandei retirar o quadro e pintar o distintivo. É uma homenagem aos alfaiates.

AH – O senhor se elegeu vereador em São Carlos pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN)?

VB – Sim, pelo PTN, em 1948, com 675 votos. Fui o segundo mais votado.

AH – Lemos alguns discursos seus, e o senhor falou com muito carinho de um vereador de São Carlos, Paulo Fragoso Coimbra.

VB – Era o dono da cooperativa de leite.

AH – Ele teria apresentado uma moção, na Câmara de São Carlos, sobre a mudança da capital de São Paulo. E parece que os vereadores teriam achado meio inusitada a idéia. Mas a moção acabou sendo aprovada. E o senhor...

VB – Eu aproveitei a idéia e a trouxe para a Assembléia.

AH – É uma idéia que o senhor por várias vezes apresentou...

VB – Sim. Defendi-a e consegui aprová-la com um artigo da Constituição, que existe até hoje: a mudança da capital. É o artigo 5º das “Disposições Transitórias”: a possibilidade da transferência da capital para a região central do Estado, depois de um plebiscito por todo o eleitorado.

AH – Depois, em 1950, elegeu-se deputado estadual também pelo PTN?

VB – Sim, com 3.981 votos.

AH – A maior parte de sua votação veio de São Carlos?

VB – Em São Carlos não tive muitos votos. Na ocasião São Carlos elegeu, com mais votos que eu, Miguel Petrilli, Luiz Augusto de Oliveira, o Luisão, e Ernesto Pereira Lopes³. A cidade chegou a ter quatro deputados – três estaduais e um federal.

AH – Como era fazer uma campanha para deputado em 1950?

VB – A essência era o comício, o palanque; e acho que de palanque não sou muito ruim. Então, fazia comícios em várias cidades: Ibaté, Ribeirão, Dourado... Fazíamos também muitas visitas.

AH – Havia também o “santinho”?

VB – Naquele tempo, muito pouco. Eram mais as visitas a bairros. Faziam-se reuniões, as famílias reuniam-se, batiam papo, conversavam. E eu me elegei assim, sobretudo com o apoio dos alfaiates, pois tive votação em quase todo o Estado. Foram 20 votos aqui, dez ali, cinco ali. Tudo por causa dos alfaiates.

Lembro-me de que o PTN, na ocasião, elegeu nove deputados. Sete estavam praticamente eleitos, e havia duas vagas que estavam sendo disputadas por três candidatos: Vicente Botta, Aldo Lupo, de Araraquara, e Raphael dos Santos Tavares, de Santos - nós três disputávamos as duas vagas.

Naquele tempo a apuração era muito lenta. Cada dia abriam-se as urnas de uma cidade. No último dia tive votação de 49 votos na cidade de Tupã, vinda de alfaiates. Elegi-me. O Sr. Aldo Lupo ficou como primeiro suplente, e Tavares também se elegeu. Elegemos nove.

AH – Como era a Assembléia Legislativa em 1950, em termos de infra-estrutura material e humana para os deputados?

VB – Isso não existia.

AH – Como era, então, o trabalho dos deputados?

VB – A Assembléia funcionava no Parque D. Pedro II, onde havia uma sala para todos os deputados de um mesmo partido! Não havia gabinetes. Todos se reuniam ali. Havia uma secretária, e não existia nada de carro. Essa coisa de carro apareceu na época de Leonel Júlio⁴.

AH – E assessores?

VB – Nada, nada...

AH – Como isso se foi modificando? Foram sendo introduzidos mais assessores para os deputados?

VB – Isso dependia muito da Presidência da Assembléia. Tivemos alguns presidentes que nunca se preocuparam, e outros que se preocuparam muito em fazer coisas para a Assembléia. Um deles, inegavelmente, foi Januário Mantelli Neto⁵, que foi um dos presidentes que procuraram sempre ajudar a vida do parlamentar, que no começo não tinha nada: carro, gabinete, verba, nada... Tanto que ele sofreu muito por isso.

AH – Essa situação permaneceu até a década de 1970, mais ou menos, quando o parlamentar começou a ter um pouco mais de atenção e condições?

VB – No prédio velho nós já tínhamos carro.

AH – Mas não era para todos os deputados. A Mesa tinha carro, mas nem as lideranças tinham.

VB – É, primeiro foi a Mesa, depois as lideranças. Depois passaram a dar carro para todos os deputados. Mas começou neste prédio. Antes de 1968 não havia nada disso.

Em 1960 eu era o Segundo Secretário e o Roberto da Costa Abreu Sodré era o Presidente. Resolveu-se construir o novo prédio da Assembléia, fizemos um concurso para isso e ele começou, um ou dois anos depois, a ser construído. Mudamo-nos para cá em 25 de janeiro de 1968.

AH – Como se fazia com os projetos de lei? O senhor tinha de escrever, apresentar...?

VB – É, você redigia, fazia e apresentava. Havia a assessoria da própria Casa – os assessores da Casa. Mas você não tinha nada. Depois começaram a aparecer as leis, modificando. Aí começou a surgir esse negócio de carro para o deputado. Depois veio o gabinete.

AH – Com o crescimento dos recursos humanos as atividades dos deputados tiveram um incremento, tanto em volume de proposições como em ampliação de ações?

VB – Sim. Tudo em decorrência da facilidade com que se podia exercer a atividade parlamentar. No começo o deputado não tinha nada, era uma dificuldade. Depois começaram a aparecer os carros, gabinetes, funcionários... Cada um passou a ter o seu gabinete – e não mais uma sala comum. Depois, alguma verba, para atender a determinadas situações.

AH – Como o senhor, antes do surgimento de todo esse aparato, trabalhava com as reivindicações? Como elas chegavam ao senhor? Era nas viagens? As pessoas faziam caravanas para trazê-las?

VB – É, por meio de viagens aos municípios. Só assim você podia conseguir.

AH – E os projetos de lei eram feitos assim?

VB – Na maioria das vezes os municípios se locomoviam para São Carlos. Eu ficava em São Carlos sempre na sexta, sábado e domingo. Aí vinha o pessoal de Ibaté, de Ribeirão Bonito, etc. -

DAH-ALESP



Vicente Botta após votar na eleição da Mesa, em 1953.

vinham alguns prefeitos e tal... Mas era uma dificuldade danada. Nas campanhas municipais então, era um horror, porque você não tinha recursos, não tinha nada, e o pessoal que faz campanhas sempre quer alguma coisa. Então se tinha de recorrer a algumas empresas, a alguns amigos, para poder ajudar a eleição dos prefeitos da região.

AH – Em sua atividade parlamentar o senhor durante a semana ficava em São Paulo e nos finais de semana ia para São Carlos? Havia escritório político lá?

VB – Sim. Mas a maioria das pessoas eu atendia em casa. Todo mundo dizia que “o Botta não deixava de atender ninguém na sua casa”.

AH – O prédio velho da Assembléia deixou saudades?

VB – Evidentemente, porque lá eu comecei na política. Mas a Assembléia daquele tempo funcionava muito mal. Vir para cá e ter um gabinete seu, então, foi diferente.

AH – O senhor se elegeu pelo PTN em 1950 e logo depois, em 1951, mudou para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB⁶). O que aconteceu?

VB – Houve uma manifestação no sentido de que, extinguindo-se o PTN⁷, formássemos apenas o PTB. Então os nove deputados – todos – passaram a pertencer ao PTB, e o PTB ficou com uma bancada muito grande.

AH – Quando de seu primeiro mandato o senhor apresentou muitos projetos. Em relação à Educação, por exemplo, foram muitos projetos de criação de escolas. Seus pronunciamentos também iam muito nesta direção...

VB – Sempre fui um deputado muito atuante. Era muito bom de tribuna, fazia muitos discursos, apresentava muitos projetos. E lutei muito também pela mudança da capital, aprovando tal mudança na Constituição. E ainda existe a possibilidade dessa transferência.

AH – O senhor foi colega de Jânio Quadros⁸. Como era ele como deputado?

VB – Quando cheguei, Jânio se elegeu deputado. Vim de São Carlos - e nem conhecia São Paulo – para a Assembléia. Quem me ajudou a conhecer um pouco a Casa foi Pinheiro Júnior⁹, que também já era deputado.

A preocupação que tive para a posse como deputado foi a de ter um terno escuro, porque terno de posse é azul ou preto. Mandei fazer um terninho azul e vim para cá. Éramos 75 deputados: 73 homens, uma mulher – Conceição da Costa Neves¹⁰, já reeleita - e Jânio Quadros. A Assembléia regurgitava de pessoas para assistir à posse. No plenário estavam 73 homens vestidos de escuro – preto ou azul -, a Conceição, e só um de terno branco. Quem era? Jânio Quadros. Ele vestia

um terninho branco cuja manga era por aqui – (aponta o braço) -, e a calcinha no tornozelo. Chamava a atenção porque, no meio de todos vestidos de azul e preto, só ele de branco – o desgraçado já estava fazendo política desde a posse. Era um camarada extraordinário.

AH – O senhor teve uma ligação muito grande com Jânio?

VB – Sim. Vou contar uma particularidade. Jânio, já quando governador, me atendia muito, e tive com ele um bom relacionamento. Uma vez eu precisava de verba da Secretaria da Agricultura para São Carlos, e ele despachou. O Secretário da Agricultura era Jaime de Almeida Pinto, de Botucatu. Ele despachou, autorizando. Fui ao Jaime, entreguei-lhe o despacho e fiquei esperando sua decisão. Passou-se uma semana, oito dias, dez dias – e nada.

Voltei ao Jânio e disse: “*Jânio, você despachou para Jaime de Almeida Pinto, entreguei o seu despacho e até agora não fui atendido*”. Nunca me esqueço: “*Como, como, como?*”. Pegou o telefone: “*Ligue para o Secretário da Agricultura. Quero falar com ele agora*”. E alguém disse: “*Ele está saindo. Vai viajar para Botucatu*”. E Jânio: “*Não vai, não. Quero falar com ele agora!*”. Jaime atendeu e Jânio: “*Senhor Secretário, ou sai publicada a decisão do que pedi, a favor do Deputado Botta, ou sai, amanhã, a sua exoneração*”. E desligou o telefone.

AH – O senhor poderia nos contar outra história de Jânio Quadros?

VB – Ele era muito meu amigo. Toda vez em que me encontrava, dizia: “*Botta, bota o retrato do velho, bota no mesmo lugar*”. Isso era infalível, quando e onde me encontrasse. Era um camarada que fazia política, defendia o amigo.

Um dia solicitei a ele uma verba, e ele me disse: “*Botta, traga bastante gente. Peça-me o dinheiro - eu negarei! Insista comigo - continuarei negando. Altere-se e até me agrida. Aí eu darei o dinheiro*”. Eu trouxe “um mundaréu” de gente de São Carlos e fiz a solicitação. “*Dinheiro, Deputado? Não sabe que o Estado está falido? E vem me pedir dinheiro?*”. “*Mas, governador, pepepê, pepepê...*”. “*Não, não, não posso. Não posso, não posso, não tenho condições*”. Eu, confiando no combinado, comecei a me alterar e a gritar com ele. E pus o dedo em seu nariz. Ele: “*O senhor não pode gritar com o governador*. E eu: “*Está sentido aí porque teve também o meu apoio*. Ele: “*E ainda me agride, Deputado?*” Dali a pouco: “*Bem, vou dar-lhe...*”. E deu-me o dinheiro. Já viram um negócio desses?

Aquele pessoal chegou em São Carlos e disse o quê? “*O Botta brigou com o governador; o Botta pôs o dedo no nariz do governador*”. Mas era tudo combinado com ele. Era uma figura!

AH – Houve um episódio, ocorrido em 22 de janeiro de 1955, que gostaríamos que nos contasse, de quando Paula Lima era o Presidente da Assembléia Legislativa e o senhor, o Vice, durante uma sessão em que se discutiam as contas do Governador Lucas Nogueira Garcez.

VB – Paula Lima era da UDN – União Democrática Nacional. E Juvenal Lino de Mattos era deputado – um deputado fabuloso. Mas era oposição, ele era deputado pelo Partido Social Progressista, e começou a criar problemas para a Mesa. Paula Lima começou a se aborrecer e a chamar a atenção. E Lino de Mattos, que não obedecia, continuou a brigar. Paula Lima aborreceu-se e, a certa altura, disse: *“Ou você pára ou renuncio”*. E renunciou. Levantou-se e foi embora: renunciou.

AH – Foi só por esse ato?

VB – Sim, por causa do Lino de Mattos. Ele queria cortar a palavra, mas Lino de Mattos não saía do microfone. Ele discuti tanto que se aborreceu: *“Eu renuncio”*. E renunciou. Fomos falar com ele, mas dizia: *“Não volto atrás, não volto atrás. Já renuncie!”*. Ele era o presidente. Ele renunciou estupidamente, ninguém esperava. Logo depois fomos falar com ele, mas disse-nos que já havia renunciado e que não voltaria atrás.

AH – Encontramos, em um livro que fala sobre os deputados eleitos em 1954, referências ao período em que o senhor esteve à frente da Mesa da Assembléia, quando foi intitulado “Presidente Sabedoria”. Por que o chamaram assim?

VB – Não sei. Talvez pela minha forma de atuar: não me irrita, pondero, sou muito equilibrado. Dava conselhos a muitos deputados, chamava a atenção... Eu tinha um relacionamento muito grande, sempre atendi no que pude, sempre defendi os funcionários. Então, tenho uma presença muito boa na Assembléia.

Vou aproveitar e contar-lhes outro fato sobre Jânio Quadros. Quando dei posse ao Jânio, porque era Presidente da Assembléia, abri a sessão: *“Está aberta a sessão. A finalidade desta sessão é dar posse ao governador eleito, Sr. Jânio Quadros, que está presente...”*. Imediatamente um deputado, do qual agora não me lembro o nome: *“Senhor Presidente, pela ordem. Estou querendo saber se o Sr. Jânio Quadros apresentou sua declaração de bens.”* – porque senão eu não poderia dar-lhe posse. Se eu dissesse que não, ele poderia perguntar-me: *“Então por que o senhor está dando posse a ele?”* Eu, então: *“Sim senhor, apresentou. Recebi a declaração, que está guardada no cofre do gabinete da Presidência”*. Mas ele não havia apresentado nada. Jânio, então, olhou para mim com aquela risadinha desgraçada.

Sabem que levei um mês para arrancar dele a declaração? Acreditam? Eu dizia: *“Jânio, por fa-*

vor, traga essa declaração. Se alguém vier aqui...” No fim ele me mandou uma declaração, mas sabem a declaração dele como era: a casinha que tinha não sei onde... Eh, Jânio terrível...

AH - Quantas vezes o senhor chegou a fazer parte da Mesa Diretora da Assembléia?

VB - Fui 11 vezes membro da Mesa¹¹.

AH – O senhor teve uma seqüência, de 1979 a 1989, de ininterruptos cargos na Mesa. O que significa isso?

VB – É engraçado, mas quando se começava a pensar em Mesa, na Assembléia, já se dizia: *“Um cargo é do Botta”*. Não tinha jeito, um cargo sempre era meu. Eu articulava, era bom articulador, mas sempre um cargo era para mim.

AH - Mas isso lhe era oferecido ou o senhor articulava para que acontecesse?

VB – Eu mantinha um grupo, e por meio dele conquistava uma posição na Mesa. Em toda a eleição um lugar era meu: fui 1º Vice, 2º Vice, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário.

AH – E isso lhe deu um conhecimento muito profundo das coisas da Casa: de como ela funcionava.

VB – Tenho trânsito livre – e muito grande – com todo mundo. Sempre defendi a Casa, defendi muito os funcionários, e nesse ponto lavrei um tanto. Quando entro na Casa, todo mundo vem: *“Botta, Botta, Botta...”*. Não tenho restrição de nenhuma espécie.

AH – No PTB dos anos 1950 o senhor chegou a ser 2º Vice-Presidente, no diretório estadual paulista. Em 1958 o senhor saiu do PTB e ingressou no Partido Republicano (PR¹²). Por quê?

VB – Houve muita disputa interna no PTB e, na ocasião, aborreci-me – como muitos – e saí do partido. Ivete Vargas veio para o PTB e começou a criar uma série de situações. E Newton Santos também. Na ocasião muitos se desligaram do PTB, o que enfraqueceu o partido. Saíram muitos deputados do PTB, por causa dessa dissidência. Saí um grupo grande. Lembro-me do Araripe Serpa, do Ruy de Almeida Barbosa¹³, de uma turma grande. Fomos todos para outros partidos.

AH - Voltando um pouco no tempo, para agosto de 1954, o senhor poderia nos contar como foi a repercussão do suicídio de Getúlio Vargas em São Paulo?

VB – Getúlio tinha um prestígio extraordinário. Convivi muito com ele, que sempre me atendeu muito bem. Nunca me negou nada. Quero contar uma passagem que aconteceu no Catete. O PTB, inegavelmente, sempre viveu à imagem de Getúlio. O homem do PTB era Getúlio. Nada se fazia sem seu conhecimento e aprovação. Fui presidente do partido e tenho dele uma lembrança extraordinária.

Em certa ocasião surgiram denúncias sérias

contra dirigentes partidários, o que normalmente acontece. Fui então falar com Getúlio, no Rio de Janeiro, no Palácio do Catete. Ele marcou comigo às duas horas, e às duas horas, em ponto, recebeu-me. Era um camarada extraordinário. Conversamos, falei sobre o que acontecia em São Paulo, contei-lhe a história toda. Eu queria protestar, e, nunca me esqueço, ele bateu a mão na minha perna e disse: *“Menino, nunca te atires contra a onda. Espera que ela passe e depois age. Até logo!”* Foi um negócio impressionante. Não precisava falar mais nada. É uma coisa que não esqueço. Parece que estou vendo a imagem do velhinho. Era um velhinho terrível.

Toda pessoa que tem comando de alguma coisa tem sempre algum grupo que a hostiliza. Há sempre o grupo dos descontentes – ninguém consegue satisfazer todo mundo. Criaram-se várias fontes de atrito contra Getúlio e ele se aborreceu demais com tudo aquilo. Acho que seu suicídio foi um ato de aborrecimento, de tristeza pelo que estava acontecendo. Mas foi uma perda sentida no Brasil inteiro.

Ele tinha uma influência extraordinária, era um camarada fantástico. Era gostoso conversar com ele. Tive muito contato com ele, por causa do PTB. Já sua protegida, Ivete Vargas, não tinha a mesma atuação. Ela tinha um temperamento muito mais dinâmico, de briga. Gostava muito de brigar.

AH – Vamos agora saltar para agosto de 1961 e falar sobre a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. Como o senhor tinha com ele uma grande amizade gostaríamos de saber se ele, em algum momento, contou-lhe sobre o episódio.

VB – O que posso dizer é que foi uma armação do próprio Jânio. A renúncia foi o que Jânio criou para que todo o povo se colocasse ao seu lado, pedindo-lhe para não renunciar. Essa é a verdade. Mas no momento em que entregou a renúncia...

AH - ... o pessoal aceitou.

VB – É. Deram continuidade à renúncia, e ele acabou renunciando. Mas que ele quisesse renunciar, não queria. Jânio era terrível: inventava essas coisas, criava situações.

AH - A renúncia dele acabou provocando turbulência no país. Houve a questão do Jango, com toda aquela coisa que acabou desembocando no golpe de 1964.

VB – Convivi muito com Jango. Era um camarada extraordinário, de uma atividade fantástica. Mas muito mal aconselhado. O defeito de muito político importante é ouvir os maus conselhos. Ele se deixou levar muito por alguns maus conselheiros - e acabou se perdendo. Assim como meu amigo Antonio Ermírio de Moraes, em 1986. Foi a mesma coisa.

Lancei a candidatura de Antonio Ermírio de Moraes e ele, influenciado por sua equipe não queria a presença de políticos. Puseram em sua cabeça que o povo detesta políticos. Ele, então, não queria ninguém por perto. No dia em que foi a São Carlos, não queria que eu subisse no palanque. *“Você vem à minha cidade e eu não posso subir no palanque?”* É absurdo, mas puseram na cabeça dele. Tanto que não colocou ninguém na televisão. Eu esperava, no lançamento da sua candidatura, fazer sua apresentação, pois era o presidente do partido. Imagine. Ele saiu com um negócio de imitação do Jornal Nacional, lembra? No último dia só apareceu um deputado, Fauze Carlos. Foi o único que apareceu, no último dia. Não apareceu mais ninguém.

Orestes Quécia fez um discurso, e ele não teve quem o defendesse, porque ninguém o queria defender. *“Por que vou defender um camarada desses? Ele não me prestigia, não faz nada por mim...”* E acabou perdendo a eleição. Depois mandou uma carta chorosa, que ainda tenho, guardada: *“Arrependi-me...”* Mas quem dá voto é político, e você não quer políticos por perto. Vai a uma cidade e não quer a presença dos políticos?

Mas o chefe da campanha pôs na cabeça dele que o povo detesta políticos. E ele não queria políticos.

AH – Em 1963 o senhor se afastou da Assembleia para assumir uma diretoria no Banespa. Voltou, ficou pouco tempo, e depois assumiu a presidência da Ceagesp¹⁴. Como foi essa experiência?

VB – Vou contar-lhes uma história: eu era diretor do Banespa – Diretor da Carteira de Expan-

DAH-ALESP



31 de janeiro de 1955, na posse do novo Governador paulista, Jânio Quadros, Vicente Botta preside a sessão ao lado do Desembargador Manoel Gomes de Oliveira, presidente do Tribunal de Justiça.

são Econômica. O presidente do banco chamava-se Paulo Reis Magalhães e era um camarada extraordinário. Era uma diretoria muito ativa, muito boa.

Havia uma empresa, no ABC, que queria dinheiro do Banespa – de amigos do governador. Eles foram ao Banespa e pediram o dinheiro. O superintendente do banco chamava-se Alfredo Segabinazzi e era um homem fantástico, com mais de 30 anos de banco. E disse: “*Não, para esta empresa não dou o dinheiro. Ela não tem condições*”. E não deu o dinheiro.

O governador reuniu a diretoria do banco e pediu que dessem o dinheiro à empresa. O governador era Adhemar de Barros. Na ocasião, Segabinazzi levantou-se e disse: “*O senhor é o governador e pode substituir-me. Substitua-me, ponha outro superintendente e dê o dinheiro a eles*”. O governador, então, falou: “*Está bem, vou substituí-lo*”. Nesta hora Paulo, presidente do banco, levantou-se e disse: “*Fico solidário a Segabinazzi. Pode demitir-me também.*” A diretoria toda se levantou e pediu demissão. Saiu a diretoria. Adhemar, então: “*Mude a diretoria, mas tem de ser dado o dinheiro a eles*”.

Aí o governador chamou-me, porque eu era do PR e o partido tinha duas posições no governo: uma era minha e a outra de Ângelo Zanini, então presidente do Ceasa. E disse-me: “*Deputado, volte para a Assembléia. Mas vamos fazer o seguinte: você vai para a presidência do Ceasa e Ângelo Zanini vai para o seu lugar no banco*”. Fez-se, então, a mudança: Zanini foi para o banco, como diretor, e eu fui para a presidência do Ceasa. Tudo o que tem no Ceasa foi feito por mim nesse período.

A inauguração do Ceasa estava marcada, e o governador Adhemar de Barros queria que seu filho o inaugurasse. E eu: “*Pois não. O senhor nomeia seu filho presidente do Ceasa e eu volto para a Assembléia*”. Ele pôs Adhemar de Barros Filho como presidente do Ceasa. Quem inaugurou o Ceasa foi Adhemar de Barros Filho.

AH - O senhor voltou para a Assembléia, praticamente um mês depois da Revolução de 1964. Como estava o ambiente aqui ?

VB – Terrível. Não se tinha liberdade para nada, porque a Revolução era uma ditadura, essa é a verdade. O clima na Assembléia era terrível.

AH – Cid Franco e outros deputados foram cassados logo no começo?

VB – Sim, Cid Franco. Exatamente porque combatia muito a Revolução. E quem falava contra a Revolução era cassado. Se o deputado fazia um discurso contra, no dia seguinte era cassado.

AH – Como ficou, após 1964, a relação de forças no parlamento?

VB – Eles dominavam completamente, porque você tinha medo e não podia fazer nada. Havia a ameaça de cassação e você tinha só de obedecer.

AH – Chegou a ir a Cumbica, a prestar depoimento?

VB – Nunca. Nunca fui chamado. Nunca me molestaram, graças a Deus.

AH – Quais eram as limitações que existiam naquela época, após a Revolução?

VB – Não se podia fazer nada que fosse contra a Revolução. Qualquer coisa que se quisesse fazer, que condenasse a Revolução ou algum revolucionário importante, não se fazia. Não era só a Revolução, mas também os revolucionários importantes, aqueles que comandavam o processo revolucionário. Se contrariasse um deles...

Na Assembléia havia sempre alguns que ditavam ordens, submissos à Revolução. Eles impunham a vontade, e a maioria às vezes queria protestar. Mas não havia como.

AH – Quando foi editado o Ato Institucional nº 2, que extinguiu partidos, e o Ato Complementar nº 4, regulando as condições de formação de novos partidos, chegando-se ao formato Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro (ARENA e MDB¹⁵), por que o senhor, em um primeiro momento, acabou entrando para a Arena? O que o levou a optar pela ARENA e não pelo MDB?

VB – Optei por causa da situação política de minha região. Na ocasião havia um grande número de prefeitos e vereadores que entendiam que, se eu ficasse na oposição, poderia prejudicar a conquista de realizações para seus municípios. Então fui para a ARENA, mas me arrependi muito, porque na ocasião minhas idéias eram sempre de oposição. Prejudiquei-me para atender à solicitação desses municípios e fui para a ARENA, mas perdi muito em minha substância política na minha região, tanto que não me elegi. Voltei, depois, pela oposição – pelo MDB. Eu só tive prejuízo. Quis atender ao pessoal da região, esperando que a ARENA pudesse satisfazer as reivindicações municipais, o que não aconteceu. E eu só me prejudiquei, tanto que não me reelegi e fui para a oposição, o MDB, onde me elegi com uma votação muito boa. Vim para cá pelo MDB.

AH – Deputado, seu nome está em uma placa, aqui na Assembléia, homenageando os constituintes de 1967. O que o senhor pode falar da Constituição de 1967? Há alguma coisa que mereça destaque?

VB – A Constituição de 1967, votada pela Assembléia, não foi uma constituição da inteira vontade dos deputados. Havia muito a influência da Revolução de 1964: o domínio e a influência militar contribuíram muito para que a constituição não fosse aquela que os deputados desejavam aprovar. Houve muitas limitações no sentido de não prejudicar a vontade dos militares, que dominavam o país.

AH – Durante os trabalhos dessa Constituinte houve alguma questão de destaque?

VB – Uma das grandes disputas na Assembleia de São Paulo foi a participação dos municípios, porque naquele tempo, por tratar-se de um período ditatorial, os municípios sofriam demais e entendiam que a Assembleia poderia dar uma contribuição muito maior. E os deputados desejavam atender a suas bases – eu, por exemplo, com todos os municípios da minha região –, mas encontravam muita resistência por parte do governador, que era pressionado por militares no sentido de não abrir muito as comportas no favorecimento aos municípios. Era uma das grandes lutas da Assembleia fazer alguma coisa em benefício das áreas municipais.

Houve outro problema relativo à Segurança. Passamos muitas noites para atender a algumas situações relativas às exigências da Segurança Pública, também muito limitada pela ação dos problemas revolucionários, sobretudo porque a Revolução de 1964 estava ainda muito ativa. Estávamos a apenas três anos da Revolução, que permaneceu por muito mais tempo. E todos os deputados e partidos, na Assembleia, sabiam das pressões militares em cima da atuação de cada deputado na apresentação de qualquer projeto.

AH – E de que maneira era feita essa pressão, Deputado?

VB – No sentido de que os militares tinham idéia muito limitada do que fosse o Poder Legislativo. E militar sempre pensa como militar, achando que as pessoas têm de ser como ele quer. A Assembleia tinha um poder de decisão muito maior naquela época, e eles agiam no sentido de evitar muitas ações dos deputados na apresentação de projetos. Vários deputados sofreram ameaças muito sérias.

AH - Que tipo de ameaça? De cassação de mandato?

VB – Muitos foram cassados sem saber o porquê. O processo de cassação funcionava assim: muitas vezes você pegava o jornal e estava lá o nome do deputado. E ele nem sabia a razão. Por quê? Se o deputado tivesse alguma divergência muito séria ligada a algum revolucionário importante, era cassado.

AH – Naquele tempo o governador Abreu Sodré aproveitou para outorgar uma nova constituição. Quando voltou à Assembleia havia uma constituição diferente da elaborada em 1967.

VB – Exatamente por essa aceitação a interferência militar contribuiu para que a manifestação de muitos deputados não fosse complementada. Depois disso, no processo democrático, a coisa se modificou.

Acho que hoje a Constituição reflete bem mais o pensamento do povo, através de seus representantes.

AH – Durante a elaboração da Constituição de 1967, Orestes Quercia¹⁶ era deputado aqui. Como o senhor se lembra dele? Como ele era como deputado? Ele ficou por dois anos e depois foi eleito prefeito de Campinas.

VB – Tenho pelo Quercia uma grande admiração, sobretudo porque foi um homem vitorioso, apesar de todas as dificuldades. Mas como deputado confesso que sua atuação não me agradou. Ele vinha, fazia um discursozinho no Pequeno Expediente e pronto. Não vi nenhuma grande atuação dele em comissão. Mas era um político hábil, que se elegeu prefeito de Campinas e acabou como governador. E não foi mau governador.

AH - Deputado, quanto ao fechamento da Casa, em 1969, poderia nos dizer quais foram os motivos? Um deles teria sido a construção do prédio, que tacharam de obra faraônica, com muitos gastos. Poderia dizer-nos alguma coisa a respeito?

VB – Isso decorreu da denúncia de um deputado, Murilo Souza Reis, que fez sérias denúncias, comprovadas, da malversação do dinheiro público na construção do prédio. Isso feriu interesses de poderosas empresas ligadas a elementos da área militar. E muitos foram cassados por isso – inclusive Murilo, que foi cassado sem saber o porquê. Talvez por haver apresentado denúncias que feriam a honorabilidade de muitos dirigentes ligados à área militar. Foi uma época muito difícil.

AH – O interessante é que a própria construtora Ribeiro Franco, durante o processo de construção, faliu, tanto que deixou a parte de trás completamente inacabada. O que o senhor pode nos dizer a respeito?

VB – Acontece que as denúncias afetaram, sobretudo, a Ribeiro Franco. Houve comprovadas irregularidades, como majoração de preços, inexistência de obras, que foram registradas sem ter sido feitas... Tudo contribuiu para esses acontecimentos. Murilo foi tremendamente prejudicado: cassado sem saber o motivo.

AH – No fechamento da Assembleia foram cassados deputados por várias razões. Havia inclusive as razões políticas, com gente que era do MDB e foi cassada.

VB – Se incomodasse o militar, ele punha ali o nome do deputado e pronto – era cassado. Bastava ferir interesses de elementos ligados à área militar. Até em função de Abreu Sodré, governador ligado à UDN, ligadíssimo à área militar. Os militares comandavam todos os homens ligados ao partido. Bastava que alguém fizesse alguma denúncia prejudicando a imagem do governo Sodré para que ele telefonasse e dissesse: “Casse fulano”. E fulano era cassado.

AH – Deputado, o que pode nos falar sobre Abreu Sodré¹⁷? O senhor fez parte de uma Mesa da qual ele foi presidente...

VB – Tenho dele a melhor das impressões. Era muito amigo.

AH – Como ele era como parlamentar?

VB - O problema de Abreu Sodré era o ataque que se fazia, não a ele, mas à UDN. Falar em UDN era “a morte”. A UDN era detestada por nós, do Partido Trabalhista. E Sodré era apegado à UDN. Mas foi um bom presidente, trabalhou bem, era um rapaz ativo. A Assembléia deve muito a ele – inclusive o prédio. A idéia da construção do prédio foi muito conduzida por ele. Eu era o Secretário.

AH – Mas voltando à questão anterior, como foi esse período de fechamento da Assembléia?

VB – A Revolução foi terrível, porque fechou a Assembléia. Ficamos durante 17 meses com a Assembléia fechada. Eles pagavam 800 cruzeiros de salário e não permitiam que se usufruísse nenhum bem antes da aprovação da CGI - Comissão Geral de Investigação - que haviam criado. Todos tinham de fazer demonstração do que possuíam: “Tenho um apartamento, comprei assim, assim...”. Só depois que a CGI liberasse, podia-se usufruir. Ficamos durante 17 meses recebendo pouco dinheiro, e eu sem poder vender nada. Não se podia vender um carro, um terreno...

Passsei por uma fase muito difícil, tanto que minha esposa, que já era uma admirável senhora, passou a vender bijuterias para ajudar-me, porque tínhamos três filhos já na faculdade: meus dois filhos estavam na faculdade de Ribeirão Preto e minha filha na de Araraquara. Passei por uma situação difícilíssima naquela oportunidade.

AH – Em 1974, depois de ter ficado quatro anos fora por não ter sido reeleito nas eleições de 1970, o senhor voltou à Assembléia Legislativa, dessa vez pelo MDB. Na eleição anterior, ainda pela ARENA, o senhor teve 13.319 votos, e quando se candidatou pelo MDB, triplicou esse número, e obteve 33.611 votos.

VB – Na oposição eu sempre ganhei muito. Cheguei, em 1982, a ter mais de 50 mil votos.

AH – Deputado, gostaríamos que o senhor nos falasse do famoso episódio que teria levado à cassação de Leonel Júlio, em 1976. O que pode nos contar a respeito? Isso se transformou em uma história que ninguém até hoje sabe, que envolveria Salim Sedeh¹⁸. Teria sido uma coisa arrumada e não teriam existido as notas. O que o senhor, fazendo parte da Mesa, na época, e sendo, depois, sucessor de Leonel Júlio, pode nos contar a respeito de um fato até hoje tão nebuloso?

VB – É tudo folclore. Há muita coisa que se cria, que se inventa. E inventaram esse negócio das calcinhas, dizendo que ele havia...

AH – Mas foi isso que o cassou?

VB – Sim, cassou – ele foi cassado.

AH – Falaram de uma nota fiscal de Manaus...

VB – Fizeram uma armação.

AH – Houve realmente uma armação?

VB – Sim, foi armação. O político, evidentemente, está sujeito a isso. Criaram uma situação, inventaram que ele havia oferecido calcinhas, etc. E a coisa serviu de base para a cassação de Leonel.

AH - O que falam, Deputado, é o seguinte: que o governo federal já queria cassá-lo, para calar a boca do pessoal.

VB – Eu assumi a Presidência na ocasião – era o Vice-Presidente e assumi. E consegui acomodar o Plenário. Daí me terem chamado de “Sabedoria”, porque agi com muita prudência para controlar a situação que se apresentava no Plenário.

AH - No MDB, em determinado momento, o senhor acabou não se pondo de acordo com a orientação do partido, e chegou a fazer parte de um grupo, chamado “Grupo Democrático”, formado pelos deputados Jihei Noda¹⁹, Oscar Yazbek²⁰ e o senhor. Que divergências tinha esse grupo democrático em relação à orientação da bancada, do MDB - ou de parte dela?

VB - Sempre acreditamos que o MDB pudessem ser um partido que, como oposição, tivesse condições de galgar inclusive o poder. Mas percebíamos que o pessoal do MDB, de certa forma, fazia oposição muito disfarçada. Começamos então a contrariar a orientação. Formamos mesmo um grupo na ocasião. Depois, desliguei-me do MDB.

AH - Gostaríamos de fazer uma pergunta ainda sobre os tempos do MDB. O senhor fez, em Plenário, um balanço de sua atuação no MDB, e fala sobre algo que parece ter tido um certo peso em sua decisão de não mais prosseguir: a votação de Olavo Setúbal para prefeito da capital. O que foi isso?

VB – Na ocasião, como homem do MDB, entendia que Olavo Setúbal não tinha nenhum espírito de trabalhismo – mesmo sendo um grande sujeito. E fiz uma certa oposição ao seu nome naquela votação, porque achava que deveria ser prefeito da capital um homem mais ligado à filosofia do MDB. E Setúbal é um homem de direita – absolutamente de direita –, embora seja um grande cidadão. E hoje ele é um camarada que me atende extraordinariamente bem.

AH – Com o fim do MDB e do bipartidarismo, no começo de 1980, o senhor entrou para o Partido Democrático Social (PDS²¹). E fez um pronunciamento, em Plenário, dizendo que seu ingresso acontecia devi-

do à perspectiva que via de o então governador Paulo Maluf dar atenção à sua região. Só que em outubro já estava meio descrente, fazendo pronunciamentos mais críticos em relação ao governo de São Paulo. E, mais tarde, acabou ingressando no PTB de Ivete Vargas. O que aconteceu? Foi uma certa desilusão quanto à atuação de Maluf no tocante à sua região ou houve algum outro motivo?

VB – O que aconteceu no caso do PDS foi muito em função de Nabi Abi Chedid²². Sou seu amigo, considero-o muito e dou-me muito bem com ele, mas o Nabi é terrível! E quem comandava o PDS era ele. Tive algumas decepções, porque esperava que a consolidação do partido pudesse ser feita por meio da influência de Nabi. Mas ele é um político terrível e aliou-se ao governo. Aí todo o pessoal afastou-se do partido.

AH – Gostaríamos que nos contasse também outro episódio: a disputa pela Presidência da Casa entre Januário Mantelli Neto com Marco Antônio Castelo Branco de Oliveira²³, em 1981. Em cinco minutos de sessão tudo mudou. Como foi?

VB – Era absolutamente garantido que Marquito seria o Presidente, mas nessa hora tem sempre alguém que muda de opinião – e alguém mudou.

AH – Foi em questão de 15 minutos, durante um levantamento de sessão. Os senhores foram tomar café e em quinze minutos, quando voltaram, tudo havia mudado.

VB – Quando voltamos o resultado já era outro.

AH – Naquele café de quinze minutos eles mudaram, quando o homem já estava garantido como Presidente da Assembléia?

VB – Sim, perdeu a eleição. Ele ficou “louco da vida”. Foi uma surpresa.

AH – Há alguma explicação para esse tipo de mudança?

VB – Não sei.

AH – Quem articulou tudo isso, em quinze minutos, Deputado?

VB – O negócio não era para atingir Marquito, mas Sodré, que defendia muito Castelo Branco. A coisa era contra Sodré.

AH – Foi uma coisa sensacional, não é?

VB – Sim, eu não esperava aquilo. Até hoje ele reclama.

AH – O senhor era a favor de quem?

VB – Do Marquito. Eu estava no esquema do Sodré. Marquito chorou.

AH – O senhor era componente da Mesa?

VB – Sim, naquela Mesa eu entrei como 2º Secretário.

AH – O senhor, em 1981, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB²⁴) de Ivete

Vargas. Nesse novo PTB, ela continuava tão belicosa como nos anos 1950?

VB – A mesma coisa. Ela tinha uma atuação dinâmica, muito diferente da do velho Getúlio. Brigava, discutia. Mas convivi com Ivete. Fiz até muita campanha com ela, e posso dizer que era uma grande deputada. Por 12 anos fui presidente do PTB no Estado de São Paulo. Lancei o nome de Jânio Quadros para Prefeito de São Paulo em 1985.

AH – Como foi a história dessa eleição – e de sua participação nela?

VB – Estávamos procurando um candidato e eu considerava Jânio uma boa opção, porque era um homem muito inteligente. Ele acabou aceitando a candidatura, mas deu muito trabalho, porque, vira-e-mexe, renunciava. No fim conseguimos fazer com que ele se candidatasse. E ganhou a eleição. Derrotamos Fernando Henrique, embora eu tivesse com Fernando Henrique Cardoso uma relação muito grande de amizade, porque ele, sendo professor universitário, é ligado a um sobrinho meu, o filósofo José Artur Giannotti.

Quando vim para São Paulo morei na casa de minha irmã, mãe de José Artur. E por intermédio dele tive um relacionamento muito grande com Fernando Henrique. Até hoje tenho uma relação muito boa com ele. Temos um excelente relacionamento. Gosto muito dele, que me atende muito bem. Não tenho restrições.

AH – Como ficou o PTB, partidariamente, depois da morte de Getúlio? Como ficaram os seus órfãos?

VB – O PTB perdeu muito, mas era um partido influente, sobretudo porque tinha um grande número de deputados e eles, pela necessidade de continuação da legenda, fizeram um partido que atuou muito. Não com a mesma intensidade do tempo de Getúlio, que era um presidente com atuação dinâmica. Mas a História mostra que todas essas grandes lideranças acabam sempre em situação difícil. Todas elas: tanto Getúlio como Jânio, todos. É o reflexo da política.

AH – Gostaríamos de falar sobre a Constituinte de 1989. O senhor era membro da Mesa – 2º Secretário. O que pode contar-nos sobre a Constituinte de 1989? Como ela transcorreu, quais foram as principais discussões?

VB – A Constituição de 1989 eu acho que foi muito mais livre. Os deputados tiveram muito mais liberdade de atuação, exatamente porque não havia a influência militar, que emperrou a constituinte anterior. Em 1989 os deputados trabalharam muito, e acho que produziram uma constituinte bem razoável no sentido de dar situação boa para a vida da Assembléia, para a vida dos municípios. E, sobretudo, um relacionamento muito bom para a execução dos orçamentos estaduais. O governo

depende muito da atuação da Assembléia.

Nesse aspecto acho que a Assembléia produziu muito, porque hoje o Executivo tem boa liberdade de mobilização do seu Orçamento, com a possibilidade de atender às reivindicações municipais, porque não há nenhum governo que sobreviva sem a participação dos municípios. Se um governo não atende o município, não chega ao fim do mandato, porque depende muito. E hoje há um grande número de municípios. Eu, pelo menos, criei vários, que são hoje boas lideranças municipais. Mas o município depende muito da atuação do governo, porque às vezes os orçamentos municipais não atendem às necessidades dos municípios. E é preciso recorrer ao Estado. O governo federal contribui muito pouco para isso.

Segundo as notícias de minha cidade o governo, hoje, dispõe-se a dar uma ajuda muito grande. Hoje o governo é PT e o prefeito de minha cidade é PT. O prefeito de Araraquara é PT e há muitos prefeitos do PT. Segundo os jornais os prefeitos estão conseguindo muito de Lula, que está atendendo aos prefeitos do PT. São Carlos mesmo está ganhando várias obras, uma inclusive na Justiça Federal. Está conseguindo obras para a retificação do rio. Está conseguindo muitas coisas, exatamente devido à ligação entre os prefeitos e o partido. São prefeitos do PT.

Mas entendo – e o tenho dito nas palestras que faço nas rádios da região – que o PT deverá sofrer um desgaste muito grande. Os ataques a Lula não vão demorar muito – ele vai ser tremendamente atacado. E seu desgaste vai refletir-se nos prefeitos do PT, que já estão começando a sentir esse reflexo. Já não se fala no PT como se falava há dois anos, quando a solução de tudo era o PT: o PT fazia tudo, resolvia tudo. E agora estamos vendo que não é bem assim.

AH – Retomando a questão da Constituinte de 1989, lembra-se de alguma polêmica importante de que tenha participado?

VB – Houve uma polêmica muito séria devido à minha idéia de mudança da capital. É claro que depois consegui aprovar minha emenda, mas não foi uma luta fácil.

AH – Por quê? Houve muita resistência?

VB – Porque todo mundo acha um absurdo mudar a capital. Em minha opinião São Paulo já não tem condições de... Se vem um prefeito do interior, para correr as secretarias precisa ter muito fôlego, porque não é fácil. Mudando-se a capital eu acho que se desenvolveria uma grande região do interior, facilitaria muito. E está na Constituição. É o artigo 5º das “Disposições Transi-

tórias”. Foi uma das lutas terríveis que mantive na Assembléia para aprovar a emenda, mas consegui.

Tivemos algumas outras, também muito sérias, relativas a alguns problemas. Sobretudo algumas voltadas à disputa entre o governo e o legislativo, porque os representantes, na Assembléia, muito ligados ao governo, por necessidade de atender às suas bases, sujeitam-se a imposições. Muitas vezes o Governo não quer uma coisa e o deputado, embora queira, não luta por aquilo. Acho que a Constituição, em grande parte, foi muito boa neste aspecto: abriu muito o leque na participação do legislativo e na participação municipal na área administrativa.

AH – Agora vamos conversar sobre Fernando Collor de Mello.

VB – Sim. O que eu fiz pelo Collor acho que não faria por meu pai. Conheci Collor e tivemos uma grande amizade. Sempre achei que era um camarada extraordinário e dinâmico. Fiz toda a sua campanha. Ele foi vitorioso em toda a minha região, mas como Presidente da República foi uma grande decepção.

AH - Naquela época o senhor estava no PTB, que tinha como candidato Afonso Camargo. Mas parece que ele não conseguiu ficar...

VB – O candidato do PTB recebeu muito pouco apoio, porque todo mundo se fixou em Collor, que era uma extraordinária figura. Quando foi a São Carlos ele impressionou todo mundo. Chegava lá e tomava conta. Tanto que foi Presidente da República.

AH – Qual é sua visão a respeito, Deputado? O senhor é uma pessoa experiente, conhece muita gente experiente. Ele o enganou direitinho? Como foi isso?

VB – Uma pessoa que faz política, na hora da política é atenciosa e tal. Mas depois que pega um cargo – ou alguma posição – 90% muda, não sei

DAH-ALESP



Vicente Botta em seu primeiro mandato.

por quê. Mas muda. Podem ver que quando alguém se elege, muda. Isso não acontecia antes. Eu, por exemplo, quando trabalhava elegendo governadores, sempre tive deles uma grande reciprocidade. Agora é diferente: você luta, luta, elege o prefeito. E quinze dias depois ele não conhece mais ninguém.

AH – O senhor diria que a grande falha de Collor foi ter dado as costas para o Legislativo?

VB – É o que digo: o homem assume um cargo e acha que não deve mais nada a ninguém. Comete erros imbecis.

AH – Quais foram os erros de Collor?

VB - Ele “meteu os pés pelas mãos”. Tanto que a cassação dele lembra o caso de Getúlio, que com toda sua habilidade foi levado ao suicídio. Por quê? Política não é muito fácil. Você precisa ter muita constância, ser muito firme, porque a bajulação é muito grande por parte de todos aqueles que têm algum interesse. Nessa hora o camarada se desdobra, e o político passa a ter a impressão de que todo mundo o adora. Foi o caso desse relacionamento. A cidade inteira ficava em polvorosa. E se a pessoa se deixa levar por isso, perde-se. É muito comum.

AH – É o conselho que o senhor dá a quem pretende ingressar em política?

VB – Sim, dou a todos. Acho que a pessoa tem de ter uma visão exata do problema, não pode se deixar iludir. Se eu sou deputado e tenho possibilidade de acertar para você uma determinada situação em um emprego, por exemplo, você me agrada, paga almoço para mim. Eu, então, acerto a sua vida. Mas se não tomar cuidado e você, na verdade, tiver cometido uma falcatrua, estarei envolvido. Tem de haver muito cuidado no trato político com as pessoas.

AH – Em 1993 o senhor deixou o PTB. O que o levou a sair do PTB e ingressar no Partido Social Democrático (PSD²⁵)?

VB - Na ocasião, na Assembléia, sofríamos demais a atuação do partido em cima dos deputados. Havia sempre uma disputa muito séria entre os interesses estaduais e os federais. Um número de deputados reuniu-se – reunia-se sempre – muito motivado pelas decisões do PTB, quando Ivete criava situações muito estranhas, por ser muito impetuosa, e decidiu abrigar-se em outra legenda. Saíram vários deputados do PTB, e fui para o PSD. Foi o Nabi, foram muitos. Um grupo grande foi para o PSD.

O governo insistia na formação de um grupo, por causa da discordância da atuação do governo federal em relação ao estadual.

AH – O governador, na época, era Luís Antônio Fleury.

VB – Fleury foi um bom governador, embora a disputa depois, com o próprio partido, tenha criado uma situação difícil para ele.

AH – O senhor foi presidente de uma CPI polêmica, uma das mais polêmicas que esta Casa fez.

VB – A do Carandiru?

AH – Sim. Não foi a mais polêmica? Ou houve alguma outra?

VB – Tivemos várias CPIs polêmicas, como a do DER, que foi uma coisa muito séria. A do Carandiru foi pesada, porque os soldados mataram 111 indivíduos. Não foi brincadeira. Se tivessem matado um já seria demais, mas matar 111... Haveria razão para isso? Eles alegavam que estavam sendo ameaçados, e que antes de morrer, mataram. Mas isso foi um pouco de exagero de Ubiratan Guimarães. Antes de ordenar a matança ele deveria ter pensado um pouquinho mais, porque afinal os presos têm família, embora estejam ali. Exterminaram 111 presos.

Agora, a pressão sofrida na ocasião foi enorme, de um lado para resguardar o nome da Polícia, e do outro a pressão das famílias, que de todo jeito queriam justiça. Foi uma época muito dura, mas consegui fazer um relatório que resolveu o problema.

AH – E a conclusão da CPI, em sua opinião, foi satisfatória?

VB – Em boa parte procuramos defender a Polícia.

AH – Lembro-me de que na época a “Folha de S. Paulo” publicou uma nota dizendo que em hora nenhuma seu relatório havia falado em massacre. Por quê, Deputado?

VB – Se estou defendendo a Polícia, não posso dizer que ela massacrou. Evitei falar em massacre, embora tenha sido, porque matar 111 camaradas não é brincadeira. Se matassem três, quatro, cinco... Mas matar 111!

AH – Com a pressão que o senhor disse ter havido durante...

VB – Houve até ameaça de morte.

AH – O senhor estava do lado das famílias dos mortos ou do lado da Polícia? Dos Direitos Humanos também?

VB – Procurei conciliar. As pessoas até me chamaram de “Presidente Sabedoria”, porque consegui conciliar a coisa de forma a preservar a Polícia, que pressionava, para que não fosse exposta a alguma situação desagradável. Por outro lado procurei atender às famílias dos mortos, porque embora presos eles não precisariam morrer – dali a alguns dias poderiam estar livres. Enfim, tentei controlar, em meu relatório, de forma a não dizer que fora um massacre, porque, se o dissesse,

como defenderia a Polícia? Tentei conduzir a coisa no melhor sentido.

Há alguns dias ouvi uma reportagem que falava sobre o Carandiru. E o próprio Capitão Ubiratan fazia um rasgado elogio à minha atuação, por haver conduzido no sentido de que as situações não se conflitassem demais. Havia uma revolta muito grande das famílias, é claro. Muita gente foi morta. E a Polícia entendendo que houvera, por parte dos soldados, reação a uma ameaça. Isso é muito relativo.

AH – Deputado, por favor, faça um parâmetro entre as comissões de inquérito das décadas de 1950 e 1960, a CEI na década de 1970 e as CPIs de agora. Há muita diferença? Existia muito mais poder naquela época...

VB – Exatamente. É o que eu disse: se você tem uma Assembléia com liberdade de ação, a situação é diferente. As comissões de inquérito dependem da posição do Executivo. Se a comissão vai afetar, em parte, o poder do Executivo, ele interfere para evitar. Há várias situações de comissões de inquérito, em várias épocas. E quando a liberdade da Assembléia é maior ela tem a possibilidade de desenvolver um trabalho muito mais perfeito. Quando está sujeita a injunções do Executivo, por esta ou aquela razão, sua atuação fica muito diminuída. Daí a diferença que se vê entre as várias épocas.

AH - Mas na década de 1950 uma comissão de inquérito tinha até poder de polícia. A pessoa saía até presa daqui.

VB – É por isso que eu digo: quando você tem liberdade de ação e pode agir é diferente. Mas quando age ferindo os interesses do Executivo, ele

interfere para que não o faça. Em 1950 a Assembléia era outra. Era uma situação muito diferente. Quando vim para cá, como deputado, a Assembléia era um negócio sério: se você andava na rua e dizia que era deputado, as pessoas o respeitavam. Hoje em dia, se alguém diz que é deputado, recebe um xingamento. É a verdade. A classe perdeu muito.

AH – E a quê o senhor atribui essa mudança?

VB – Exatamente à independência do Poder. Se houvesse uma Assembléia independente seria muito melhor. Hoje, embora respeite muito meu amigo, o Governador, acho que sua influência é muito grande. E inegavelmente é – não se faz nada sem que Geraldo queira. Se houver uma comissão de inquérito hoje, que em certos aspectos envolva o Executivo, podem ter certeza de que vai haver pressão.

AH – Mas o próprio mecanismo da CPI foi enfraquecido por causa disso?

VB – Acho que sim.

AH – Existe razão para tantas CPIs? O senhor acha que hoje “cabe” o fato de haver muitas CPIs? Ou virou palanque?

VB – Há muitas situações que merecem ser examinadas com bastante cautela.

AH – E acha que isso tem retorno?

VB – Se for uma comissão que atue adequadamente, que possa produzir efeito, vale a pena. Senão, será apenas efeito de retórica, de divulgação em jornais, sem efeito algum.

As contribuições dos anos de 1950-1954 eram diferentes. Lembro-me da do DER, por

DAH-ALESP



Presidindo o Legislativo Paulista pela segunda vez, em 1976.

exemplo. E essa do Carandiru, que foi um negócio muito sério. Hoje não sei se produzem o mesmo efeito. Acho que depende da matéria que esteja em discussão e da influência ou não do Poder Executivo. Hoje o Executivo tem uma influência muito grande, o que considero um erro. Mas não se pode fugir da realidade: o deputado, para atender às suas bases, depende do governador. Se não atende, não consegue nada. Aí fica difícil.

AH – Em termos de projetos de lei, quais os de sua autoria, aprovados, que acha importantes? E os que apresentou, não aprovados, que também considera de grande importância? Por quais projetos tem maior carinho?

VB – Tenho muitos projetos: de criação de municípios, de mudança da capital. É muita coisa e eu precisaria rever.

AH – Havia alguma comissão permanente da Casa em que o senhor gostava mais de atuar?

VB – Fui, durante muito tempo, membro da Comissão de Justiça, da Comissão de Educação... Mas, na maioria das vezes, fazia parte da Mesa.

AH – Mas tinha particular interesse – ou prazer – em atuar em determinadas comissões?

VB – Dependia muito dos projetos. Dependendo dos projetos você tem de atuar em determinadas comissões: de obras, de agricultura. Dependendo. Eu sempre trabalhei muito em função dos municípios. Sou cidadão benemérito de muitos municípios: de Ribeirão Bonito, de Dourado, de Ibaté, de Santa Cruz das Palmeiras, Macauba, Nova Lusitânia, União Paulista, Barra Bonita, Leme, Pilar do Sul, Sete Barras, Registro, etc., pelas realizações em cada um deles.

AH – Em certa época o senhor atuou muito na região do Vale do Ribeira. Teve uma atuação grande.

VB – Sim, em toda a região: Miracatu, Pedro de Toledo, Iguape...

AH – Por que o senhor foi para lá, já que é tão distante de São Carlos?

VB – Apareceu na minha vida um camarada que se chamava Haroldo Ramalho, de Registro. Fez amizade comigo e levou-me àquela cidade. E acabei fazendo política no Vale do Ribeira, levado pelo Haroldo. Eu o coloquei na Assembléia e ele se aposentou com um belíssimo cargo; mas morreu muito novo. Teve hepatite, descuidou muito no tratamento e, com 40 anos, morreu. Foi ele quem me levou para Registro.

Quando fui para lá, levado por Haroldo, todo mundo estranhou, porque ele era um indivíduo por quem ninguém “dava nada”. Ele não representava nada, e “de repente levava um deputado”? Eu, então, fiz tudo para defendê-lo, porque achava que ele tinha mérito. Sempre o defendi, e acabei sendo

cidadão de Registro, de Iguape, de Miracatu, de Pedro de Toledo. Fiz muita coisa pelo Vale, levado pelo Haroldo. Até hoje tenho lá um relacionamento muito grande.

AH – O senhor continua em plena atividade parlamentar, mesmo não tendo mandato.

VB – Tenho relacionamentos de 40 anos, o que facilita muito. Quem está, por exemplo, no Tribunal de Contas? Homens que ajudei a ingressar ali – todos: Bittencourt, Alvarenga, Robson. Ainda ontem, liguei para o escritório do Alvarenga e marquei audiência para o presidente da Câmara de Rincão. Ele esteve lá, foi bem atendido e tal. Faço isso o dia inteiro: ligo para lá, para cá...

AH – Deputado, o senhor tem uma trajetória de 40 anos dentro do Legislativo estadual. E não é muito incomum um parlamentar, depois de duas ou três legislaturas, tentar ser deputado federal, dar vôos mais altos. O que o levou a se fixar aqui?

VB – Eu nunca disputei o “federal” porque me apeguei muito à Assembléia, convivi muito, gostava da convivência que tinha aqui. E pela facilidade que tinha de eleição como deputado estadual, que é diferente do deputado federal, que não tem a mesma facilidade de composição com núcleos municipais. Ele tem de aparecer muito mais, e isso cria uma série de problemas. Eu preferia eleger-me aqui.

AH - Nunca teve vontade de ir para Brasília?

VB – Não. E confesso que agora estão querendo lançar minha candidatura a prefeito de São Carlos. E eu nunca pensei em ser prefeito da minha terra.

AH – Não é estranho um homem da terra, que fez tudo por ela, nunca ter sido candidato a prefeito municipal?

VB – Foi o que me disseram ontem: “Deputado, o senhor vai coroar sua vida política sendo prefeito da terra em que nasceu”. Eu só ajudei a eleger prefeitos. Minha fama em São Carlos é a de só ter ajudado a eleger prefeitos: “Candidato do Botta ganha eleição”. Eu fiz lá tantos prefeitos, e confesso que, entre todos, só de um tive correspondência – só um: Antônio Massei, que foi eleito prefeito em três eleições. Mas ali era “Massei, Botta, Massei, Botta. Massei, prefeito, Botta, Deputado”. Os outros que elegi depois me deram um pontapé no bumbum. Mas dei o troco a todos. Você trabalha, trabalha...

Uma vez constituí um prefeito por meio de um “balaio de gato”. Reuni um grupo de partidos políticos e formei um balaio que chamavam “balaio de gato”. Elegi o prefeito, mas esse camarada, eleito, quem apoiou na eleição? Apoiou Lobbe²⁶ para estadual. Já viram? Mas nesta eleição dei o troco a ele: perdeu a eleição por 128 votos. Em um colégio de mais de 200 mil, perder por 120 votos...

AH – Como era sua relação com Lobbe, sendo dois deputados da mesma região?

VB – Muito boa. Sempre me dei muito bem com ele.

AH – Os interesses eram convergentes?

VB – Não, o Lobbe tem lá a parte dele.

O Lobbe – não sei se o pai dele – foi prefeito de São Carlos. E quando Lobbe foi prefeito ele ganhou a eleição municipal – nós perdemos para ele. Mas Lobbe era meu amigo. Elegeu-se deputado por causa da influência desse grupo que me combate, e a primeira coisa que fez foi visitar-me na Assembléia. Foi um relacionamento excepcional. Dou-me muito bem com ele, não temos problema nenhum – tenho a minha área e ele a sua. Trabalhamos em conjunto. Agora ele é deputado federal. Só que está sem estadual.

AH – Não tem representante aqui, nesta legislatura?

VB – Não, porque São Carlos não apoiou ninguém. Eu saí candidato 15 dias antes das eleições e não fiz campanha nenhuma.

AH - Em cima da convalescença de um acidente.

VB – Sim. E não fiz campanha. E sou suplente pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA²⁷) – ainda posso assumir, a qualquer momento. Não fiz comícios, não fui a Agudos, onde tenho três mil votos, não fui a Santa Cruz das Palmeiras, que sempre me dá mil e tantos votos. Não fiz absolutamente nada, e todo mundo estranha. Mas minha família não queria que eu fosse candidato. Meus filhos não queriam. Decidi lançar minha candidatura na última hora. Mas ainda tive uma bela votação – e quase chego aqui novamente.

AH – Agora o senhor está na Associação dos Parlamentares?

VB - Sim, eu fico ali. Temos ali duas secretárias, que são da associação.

AH – O senhor tem algum cargo na associação?

VB – Não. Sou apenas membro, mas eles me dão lá um gabinetezinho, onde atendo o pessoal. Kátia e Roseli trabalham para a associação - e me atendem também. Eu faço política o dia todo, não paro. Daqui a pouco estarei lá. Fico o dia inteiro atendendo ali.

AH – Nesses quase 40 anos de Legislativo, que avaliação tem dele, ao longo de sua trajetória? Acha que o Poder Legislativo melhorou ou piorou? Qual é a sua opinião?

VB – Acho que hoje a influência do Executivo prejudica o Legislativo. O Legislativo mais independente teria um reflexo muito maior na opinião pública. Essa dependência do Legislativo enfraquece demais o Poder. Eu até aconselharia a que os deputados tivessem uma independência maior. Vê-se que tantas situações não se decidem porque o

governo não quer.

A experiência que tenho é esta: acho que quando os governadores mantiveram com o Legislativo um relacionamento melhor, a Assembléia foi muito mais prestigiada. Nos casos em que o Legislativo submeteu-se à vontade do Executivo, perdeu demais. E hoje, em minha opinião, a Assembléia está perdendo muito. Quando se fala, agora, na Assembléia, ouve-se: “A Assembléia é o Governo”. É o Governo. Quem decide – a Assembléia ou o Governo? É o Governo. Se ele quiser, a Assembléia aprova, se não, não aprova. Você não vê independência de atuação.

AH – Em que época o senhor acha que essa independência era exercida mais claramente? Quando esta Casa foi totalmente independente?

VB – Houve uma época muito boa na Assembléia, em que ela se projetou de uma forma espetacular: o governo Carvalho Pinto. Ele era um homem extraordinário, mas a Assembléia, em seu governo, teve uma atuação excepcional. E Jânio, apesar de todas as suas loucuras, respeitava muito a Assembléia. Considerava-a e a respeitava demais. E a Assembléia se projeta exatamente por isso.

Quando comecei aqui, o governador era Adhemar de Barros. Ele, embora voluntarioso e com muitos defeitos, respeitava a Assembléia. Apesar de, como governador, deter sempre a maioria, não tinha problemas. O Legislativo, creio, tem um posicionamento melhor quando tem ampla liberdade de ação.

AH – Um poder com mais independência?

VB – É evidente, porque você sempre depende do Executivo. Se alguém disser que não, estará mentindo. Se sou deputado e tenho de construir uma escola em uma cidade, sem o Executivo não construo. Se tenho de consertar uma estrada e não tenho o aval do Executivo, não consigo. Tudo depende do Executivo. Se o Executivo impossibilita sua atuação parlamentar, é diferente. Se ele disser: “Faça assim, faça assim...”, acabou, você faz.

Carvalho Pinto, por exemplo, era excepcional. Excelente governador, mas não interferia na Assembléia, cuja manifestação aceitava. E Jânio, apesar de tudo, nesse aspecto não foi ruim. Mas há governadores que só fazem o que querem: são donos do Executivo e do Legislativo.

AH – Nos anos 1990 o senhor fez muitos pronunciamentos sobre a falta de credibilidade dos parlamentares naquele momento. Em um deles, feito em 14 de junho de 1991, o senhor afirmou que o Poder Legislativo ficara sem força e passara a “exigir dos seus membros o recurso, na busca de resultados positivos nas eleições, quer da influência econômica, quer do atendimento à clientela representando votos”. Tal quadro era resultado, continuava o senhor neste mesmo discurso,

do regime instaurado em 1964, que “castrou o Poder Legislativo”. O senhor ainda tem esse ponto de vista?

VB - Com a Revolução não havia liberdade como deputado. Só se podia fazer aquilo que interessasse à Revolução. Se fizesse algo contra, o parlamentar era punido. Os que se rebelaram foram cassados.

AH – Nunca mais se recuperou? Não foi mais a mesma coisa?

VB – Na minha opinião o Poder Legislativo sobrevive bem quando é independente. E essa independência, infelizmente, não tem existido. Hoje há o completo domínio do governo. Acho que isso enfraquece o deputado, que já não tem liberdade de ação, estando sempre sujeito à manifestação do Executivo, o que, em minha opinião, tem prejudicado muito a Assembléia.

AH – A escola técnica que o senhor criou em São Carlos ainda existe?

VB – Sim. E é muito bonita. É uma beleza a escola profissional de lá. Possibilita a formação de elementos que possam trabalhar em determinadas atividades industriais. É a escola profissional.

AH – O senhor ainda mantém vínculo com a Associação dos Alfaiates?

VB – Sim, pelo seguinte: hoje são poucos os alfaiates, mas as cidades ainda têm a associação. Eu continuo mantendo esse relacionamento com todos eles que, em qualquer dificuldade, dizem: “*O Botta resolve*”.

AH – Em relação aos alfaiates, o que o senhor fez?

VB – Minha atuação quanto aos alfaiates sempre foi de assistência, primeiro na formação das entidades dos alfaiates, que se criaram no Estado todo. Fiz, em 1944, um congresso, em São Carlos, dos alfaiates do Estado de São Paulo; em 1948 fiz outro congresso dos alfaiates do Estado de São Paulo; em 1952 já um congresso dos alfaiates do Brasil. E temos em São Paulo uma associação muito boa, perto da Praça da Sé, na rua Brigadeiro Galvão, com um grande número de associados. Preocupe-me em criar associações de alfaiates onde fosse possível – e onde elas existem –, muitas delas com bons resultados.

Uma senhora está inclusive escrevendo um livro sobre os alfaiates, porque além da participação deles junto a entidades: em São Carlos, por exemplo, ajudaram na criação do Educandário São Carlos, que ainda existe. É uma belíssima obra, feita com verbas que dei. Além disso os alfaiates de São Carlos, também com verbas que doe, contribuíram para a construção de vários pavilhões no Asilo de Mendicidade D. Maria da Cintra. A Santa Casa de São Carlos recebeu de mim inúmeras verbas, para melhorar sua situação e a melhoria na construção de novos pavilhões.

Isso tudo eu fiz em atenção aos alfaiates, que sempre tiveram uma atuação muito grande.

AH – Em termos de formação técnica dos alfaiates o senhor chegou a contribuir?

VB – Sim, construímos, com a ajuda da Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Sr. Antônio Durval Guerra, escolas de alfaiates, porque é um ofício muito difícil. Para ser um alfaiate a pessoa precisa primeiro aprender a segurar a agulha. Depois ele tem de aprender o ofício.

Eu, por exemplo, nunca fui alfaiate, mas acompanhei: primeiro você tem de aprender a chulear, depois se aprende a casear, depois de abrir a casa. Aí se aprende a fazer uma calça, o que não é fácil. Depois se faz um paletó. É um ofício difícil – não se faz um alfaiate do dia para a noite.

Há muitos aprendizes que hoje estão aí, com alfaiatarias montadas. Mas o número de alfaiates diminuiu muito. Quando fundei a associação, havia em São Carlos mais de trezentos alfaiates; e hoje há quatro. Em São Carlos há só duas alfaiatarias, porque ninguém mais faz roupa sob medida. Naquele tempo as roupas eram feitas sob medida: era o alfaiate que fazia o colete, a calça, o paletó – tudo era o alfaiate. Hoje se compra roupa pronta. Resultado: a classe perdeu consideravelmente.

AH – O senhor compra roupas feitas ou manda fazer?

VB – Eu ainda faço roupas em alfaiataria. Há um alfaiate, em São Carlos, que faz a minha roupa.

AH – O senhor também atuou auxiliando na questão da produção de tecidos para alfaiataria, discutindo o ICMS para tecidos...

VB – Havia uma dependência muito estreita entre os alfaiates e o casimireiro, em São Paulo. Depois o pessoal fazia no Rio de Janeiro, mas no início era só em São Paulo. Havia em São Paulo grandes fornecedores de casimira para os alfaiates. O alfaiate consumia muita casimira, porque a produção de roupa era muito grande.

Nisso tudo eu ajudei até o ponto em que apareceu a roupa feita. Foi uma briga danada. Quando começou a aparecer a indústria de confecção os alfaiates protestaram, fizeram de tudo, mas acabaram desistindo. Antes não havia roupa feita e tudo era feito pelos alfaiates. Depois começou a aparecer a indústria de roupa e os alfaiates começaram a ser eliminados, porque a pessoa vai lá, compra a roupa e pronto. Hoje o alfaiate atua muito pouco na confecção de roupas – há muitos alfaiates para consertos de calças e outras coisas; mas para a confecção de roupa, não.

AH – A lei homenageando a profissão de alfaiate é sua?

VB – Criei o “Dia do Alfaiate”, por lei. O “Dia do Alfaiate” comemorado em todo o Estado de São Paulo e em todo o Brasil, é 6 de setembro. Todo mundo me pergunta por que pus o “Dia do Alfaiate”

em 6 de setembro, porque foi por lei da Assembleia. Eu tinha decidido criar o “Dia do Alfaiate”. Aí pensei, pensei: 6 de setembro! Por que dia 6? Tem de haver uma razão. Porque no dia 5 é o meu aniversário: dia 6 é o “Dia do Alfaiate” e dia 7 de setembro é feriado. “Dia do Alfaiate”, 6 de setembro – criado por lei.

AH – Muito obrigado, Deputado.

(Entrevista, levantamento bibliográfico, roteiro e edição: Álvaro Weissheimer Carneiro e Dainis Karepovs; Transcrição e edição: Walkyria Fregolon De Pietro)



Vicente Botta retratado por Luiz A. Fiore.

- 1- Dona Amélia Meirelles Botta faleceu em 25 de Março de 1999 (N. dos Eds.).
- 2 - Criado em 1945, por pessoas vinculadas ao Ministério do Trabalho e que tinham como meta organizar os trabalhadores fora da esfera de influência do Partido Trabalhista Brasileiro, foi extinto pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965. Em São Paulo seu maior expoente foi o Deputado Emílio Carlos (N. dos Eds.).
- 3 - Eleitos, respectivamente, pelo Partido Democrata Cristão, Partido Social Democrático e União Democrática Nacional (N. dos Eds.).
- 4 - Deputado estadual de 1971 a 1976 pelo MDB (N. dos Eds.).
- 5 - Deputado estadual de 1963 a 1994, sucessivamente pelo PRT, ARENA e PDS (N. dos Eds.).
- 6 - Partido político de âmbito nacional, fundado no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1945, sob inspiração de Getúlio Vargas e que foi extinto pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965. (N. dos Eds.)
- 7 - Na verdade, o PTN não se extinguiu. Pouco antes das eleições de 1950, uma facção liderada por Hugo Borghi propôs uma fusão com o PTB, argumentando com as afinidades ideológicas de ambos partidos. No entanto, a iniciativa não prosperou em razão de Emílio Carlos ter resolutamente defendido a existência de um PTN independente. Em 1951 muitos militantes do PTN ingressaram no PTB (N. dos Eds.).
- 8 - Deputado estadual pelo PDC (1951/1954) (N. dos Eds.).
- 9 - Antônio Pinheiro Camargo Júnior, deputado estadual de 1947 a 1978, sucessivamente pelo PSP, PTN, PSD, PSP e ARENA (N. dos Eds.).
- 10 - Deputada estadual de 1947 a 1970, sucessivamente pelo PTB, PSD, PSP e MDB (N. dos Eds.).
- 11 - O Deputado Vicente Botta foi eleito Vice-Presidente da Mesa de 1954; 2º Secretário na de 1960; Vice-Presidente nas de 1975-1977 e 1979-1981 (observe-se que a partir de 1971 as Mesas deixaram de ter mandatos anuais, para serem bianuais); 2º Secretário na de 1981-1983; 2º Vice-Presidente na de 1983-1985; 3º Secretário na de 1985-1987; 2º Vice-Presidente na de 1987-1989 e 2º Secretário na de 1989-1991. De 22 de Janeiro a 12 de Março de 1955 assumiu a presidência da Mesa, em razão de renúncia do então Presidente, Deputado Vicente de Paula Lima (UDN). Exerceu novamente a Presidência de 3 de Dezembro de 1976 a 15 de Março de 1977, desta vez por cassação do mandato do Presidente, Deputado Leonel Júlio (ARENA) (N. dos Eds.).
- 12 - Partido de caráter nacional, fundado em agosto de 1945, principalmente pela ação do ex-presidente da República, o mineiro Arthur Bernardes, foi extinto pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965. Para as eleições de 1960 o PR apoiou o nome de Jânio Quadros para Presidente da República (N. dos Eds.).

DAH-ALESP



As históricas relações de Vicente Botta reiteradas na convenção do PTB de 1982.

13 - Os dois citados mudaram-se para a legenda do Movimento Trabalhista Renovador, criado em 1960 e extinto pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965 (N. dos Eds.).

14 - O Deputado Vicente Botta requereu afastamento da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 14 de março de 1963, para assumir o cargo de Diretor da Carteira de Expansão Econômica do Banco do Estado de São Paulo. Reassumiu suas funções em 14 de maio. Afastou-se novamente em 4 de junho de 1963, desta vez para assumir a presidência do Ceasa, então Centro Estadual de Abastecimento. Retornou à Assembléia Legislativa em 29 de abril de 1964 (N. dos Eds.).

15 - Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro foram partidos políticos de âmbito nacional, de apoio e oposição, respectivamente, aos governos militares pós-1964, criados, em 4 de Abril de 1966 e 24 de Março de 1966, dentro do sistema bipartidário instaurado após a edição do Ato Institucional nº 2 e do Ato Complementar nº 4. Desapareceram em 29 de Novembro de 1979, quando o Congresso Nacional pôs fim ao bipartidarismo. Foram sucedidos, respectivamente, pelo Partido Democrático Social (PDS) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (N. dos Eds.)

16 - Deputado estadual de 1967 a 1970, pelo MDB (N. dos Eds.).

17 - Roberto Costa de Abreu Sodré, deputado estadual de 1955 a 1962 pela UDN (N. dos Eds.).

18 - Deputado estadual de 1967 a 1970 pelo MDB (N. dos Eds.).

19 - Deputado estadual de 1971 a 1982, sucessivamente pelo MDB e PDS (N. dos Eds.).

20 - Deputado estadual de 1979 a 1982, sucessivamente pelo MDB e PDS (N. dos Eds.).

21 - Partido político de âmbito nacional, criado em janeiro de 1980 para suceder a ARENA. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão, dando origem ao Partido Progressista Reformador (N. dos Eds.).

22 - Deputado estadual de 1963 a 2002, sucessivamente pelo PRP, ARENA, PDS, PFL e PSD (N. dos Eds.).

23 - Deputado estadual de 1971 a 1986, sucessivamente pela ARENA e PMDB (N. dos Eds.).

24 - Partido político de âmbito nacional fundado em 1980 por Ivete Vargas, que se apresentava como continuidade do PTB que existiu entre 1945 e 1965.

25 - Partido político de âmbito nacional, fundado em 1987 por iniciativa do ex-ministro das Minas e Energia do governo João Baptista Figueiredo, César Cals. Apresentando-se como nova versão do PSD que funcionou entre 1945 e 1965, obteve seu registro definitivo em 1991. Durante o governo de Luís Antônio Fleury em São Paulo (1991-1995) o PSD integrou o bloco de apoio ao governador na Assembléia Legislativa.

26 - Antônio Adolpho Lobbe Neto, deputado estadual de 1987 a 2002, pelo PMDB (N. dos Eds.).

27 - Partido político nacional fundado em 1989, presidido por Enéas Ferreira Carneiro. O deputado Vicente Botta, antes de filiar-se ao PRONA, legenda pela qual concorreu para deputado estadual às eleições de 2002, desligou-se do Partido da Frente Liberal (PFL), partido político de âmbito nacional fundado em 24 de janeiro de 1985, pelo qual disputara o mesmo cargo nas eleições de 1998.